



Conectando vidas  
Construindo conhecimento

Salão UFRGS 2021  
CONHECIMENTO FORMACÃO INOVAÇÃO

XVII SALÃO DE ENSINO

27/09 a 1/10  
VIRTUAL

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2021: XVII SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
<b>Ano</b>	2021
<b>Local</b>	Virtual
<b>Título</b>	O papel do Direito Privado na proteção da vulnerabilidade dos consumidores no âmbito das novas tecnologias de informação
<b>Autor</b>	JULIA CHASSOT LOUREIRO MAINERI
<b>Orientador</b>	BRUNO NUBENS BARBOSA MIRAGEM

## O papel do Direito Privado na proteção da vulnerabilidade dos consumidores no âmbito das novas tecnologias de informação.

Considerando-se o abuso recorrente nas relações de consumo em virtude das lacunas informativas e compreensivas, que ocasionam situações prejudiciais para a esfera psíquica e patrimonial do indivíduo, pretende-se, no presente trabalho, a delimitação das circunstâncias fáticas em que a informação é prestada acerca das condições e cláusulas contratuais no momento da entabulação do negócio jurídico, a fim de propor regras a serem seguidas para evitar abusos e fraudes. Além disso, irá ser analisada a possibilidade de existência de lacunas jurídicas que permitem o desequilíbrio da relação estabelecida entre os detentores do poder e os mais frágeis, especialmente no ambiente virtual/online, considerando a função social do Direito Privado. O método de pesquisa utilizado é a análise hipotético-dedutivo, e como técnicas de pesquisa jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a doutrinária, a legislativa e a do referente. A metodologia a ser empregada consiste na compilação dos dados obtidos acerca dos impactos nos casos concretos da falta de informação e compreensão por parte do sujeito vulnerável nas relações consumeristas, mediante análise dos julgados e entendimento majoritário da doutrina sobre o tema. Assim, irá ser analisada a qualidade da informação e a capacidade de compreensão dos termos pelos indivíduos vulneráveis na celebração dos negócios jurídicos, especialmente os relativos à contratação de mútuo bancários e à compra e venda de bens, consoante a perquirição das cláusulas contratuais, separando a onerosidade da informação. Atualmente, como a pesquisa se encontra em estágio inicial de coleta de dados, a primeira fase realizada foi a compilação dos materiais a serem utilizados, quais sejam o subsídio da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e doutrina selecionada. Posteriormente serão traçadas ferramentas e soluções para evitar as lacunas informativas na entabulação dos negócios jurídicos ora discutidos.